INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Oi atua na área de responsabilidade social corporativa por meio do Oi Futuro, nome fantasia do Instituto Telemar, entidade sem fins lucrativos que detém a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, o Oi Futuro é um instituto de inovação e criatividade que estimula o potencial dos indivíduos e das redes para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Com atuação nas áreas de **Cultura**, **Educação**, **Inovação Social** e **Esporte**, o instituto promove e desenvolve soluções colaborativas para transformar a vida das pessoas e da sociedade.

Em 2018, o Oi Futuro consolidou publicamente seu posicionamento como um instituto de inovação e criatividade com a inauguração do Lab Oi Futuro, um ambiente de conexão, aprendizado e cocriação para empreendedores culturais e sociais, que conectou mais de 4 mil usuários neste período.

Cultura

No campo da Cultura, o Oi Futuro promove a convergência entre arte, ciência e tecnologia. No último ano, o instituto lançou quatro editais para artistas e produtores culturais que receberam cerca de 2,2 mil inscrições. Por meio do seu principal edital público, o *Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados*, foram selecionados 53 projetos em 11 estados.

Para alcançar novos públicos, foram desenvolvidos novos modelos de patrocínio cultural e firmadas parcerias que potencializaram os recursos e o alcance das ações. Um exemplo é o *Programa Pontes*, realizado em conjunto com o *British Council*, que viabilizou a residência de artistas britânicos em dez festivais nacionais de norte a sul do país. Já o *Programa Arte Sônica Ampliada*, o ASA, também desenvolvido com a agência britânica, ofereceu a 50 mulheres atuantes no campo da música e do som da periferia do Rio de Janeiro a possibilidade de receberem capacitação de mentorias nacionais e internacionais, que as prepararam para novas formas de atuação no segmento musical.

O Oi Kabum! Lab, projeto incentivado pela lei estadual de ICMS RJ e realizado em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e a CECIP (Centro de Criação da Imagem Popular), promoveu a formação de 80 jovens de periferia e a curadoria de projetos de arte, tecnologia e intervenção urbana.

O Centro Cultural Oi Futuro – que abriga, além de galerias e um teatro, o Museu das Telecomunicações – recebeu aproximadamente 100 mil visitantes em 2018. O Museu, único espaço de pesquisa e preservação da história das telecomunicações no Brasil com 130 mil itens em sua Reserva Técnica, iniciou seu projeto de modernização. A primeira fase do projeto, que prevê novas atrações com interatividade e gamificação, está em curso.

Em novembro de 2018, o Museu lançou seu primeiro jogo em formato de aplicativo, o Telebô, que apresenta o acervo ao visitante *online* com uma narrativa imersiva proporcionada pela realidade aumentada.

Além disso, a programação do Centro Cultural Oi Futuro foi novamente reconhecida pelo público, pela imprensa e pela crítica: 5 espetáculos teatrais que passaram pelos palcos do Oi Futuro receberam, ao todo, 59 indicações e 14 prêmios nacionais. São eles: "Isaac no Mundo das Partículas", "Thomas e as mil e uma invenções", "CérebroCoração", "O choro de Pixinguinha" e "Tebas Land".

Educação

Na área de Educação, o Oi Futuro investe no NAVE, o Núcleo Avançado em Educação, parceria público-privada desenvolvida, desde 2006, com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e de Pernambuco em duas escolas de Ensino Médio Integrado ao Profissional. O programa oferece cursos técnicos de Programação e Multimídia, com foco na preparação dos jovens para a economia criativa e para o exercício pleno da sua cidadania.

O NAVE já formou mais de 2.500 estudantes e, atualmente, contabiliza 1 mil alunos e 70 educadores nas duas escolas. Para ampliar seu alcance, lançou, em 2018, o livro digital *e-NAVE: "Guia de Práticas Pedagógicas Inovadoras"*, publicação gratuita que reúne 40 práticas pedagógicas inovadoras criadas no programa e acessíveis para outras escolas das redes pública e privada. Lançado em maio num evento com autoridades, especialistas e educadores, o livro digital registrou mais de 2 mil *downloads*.

Em 2018, o Oi Futuro, por meio do NAVE, contribuiu também para a formação e a certificação de aproximadamente 500 educadores das redes públicas do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com cursos presenciais e semipresenciais sobre Robótica Educacional, Midiaeducação, Uso de Novas Tecnologias Educacionais e Educação Integral.

Em 2018, a Oi, com apoio do Oi Futuro, lançou a segunda edição do Geração Nave, programa de carreira desenhado especialmente para estudantes formados nas escolas. O programa prevê contratação dos jovens profissionais de nível técnico como residentes digitais na Oi. Em 2018, 13 jovens que se formaram no NAVE iniciaram sua carreira profissional na Oi. O objetivo do programa é oferecer a primeira oportunidade profissional para os egressos e, ao mesmo tempo, inspirar a cultura de inovação da companhia.

Inovação Social

Na área de **Inovação Social**, o Oi Futuro consolidou a reputação do Labora, seu laboratório de Inovação Social, como uma plataforma de conexão e fortalecimento de empreendedores, negócios e organizações comprometidos com o impacto social. Em 2018, o instituto executou três **ciclos de aceleração** de *startups* e organizações de impacto social, em parceria com entidades renomadas. No total, foram 45 negócios e organizações acelerados, cerca de 300 empreendedores impactados.

Além disso, o Labora promoveu uma agenda contínua de palestras e *workshops*, dentro e fora no Lab Oi Futuro, sobre temas como diversidade e inclusão, investimento social privado e negócios sociais. Foram 25 eventos realizados, mobilizando mais de mil pessoas, em parceria com diversas instituições. O Instituto também apoiou o lançamento de duas publicações sobre investimento social privado em parceria com outros institutos e fundações: *"Olhares sobre a atuação do investimento social privado no campo de negócios de impacto"* (organização GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e *"Guia FIIMP (FIMP - Fundações e Institutos de Impacto)"*.

Apoio ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA).

Complementando sua contribuição social, a Oi e o Oi Futuro apoiam os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal, por meio do **FIA**. Com essa atuação, a Oi e o Oi Futuro contribuem para o fortalecimento das políticas públicas de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes de todo o país. Em 2018, quatro iniciativas foram apoiadas.

Esporte

Na frente de **Esporte**, a Oi, por meio do Oi Futuro, foi reconhecida em 2018 pelo Ministério dos Esportes no Prêmio Empresário Amigo do Esporte, na categoria "Maiores Apoiadores do Esporte Educacional", por sua contribuição ao desenvolvimento de projetos socioesportivos que promovem a inclusão, a cidadania, a diversidade e um estilo de vida saudável. Em 2018, sete projetos esportivos foram apoiados pelo instituto, contemplando mais de 1.900 beneficiários.

Além disso, o Oi Futuro conecta os projetos socioesportivos a grandes eventos patrocinados pela Oi, como o WSL (*World Surf League*) e o Oi STU (*Skate Total Urbe*), proporcionando a crianças e jovens em formação a oportunidade de contato com atletas de alto rendimento apoiados pela Oi e outros atores do ecossistema esportivo.

Visão Geral

Em 2018, a Oi através do Oi Futuro realizou investimentos socioambientais voluntários (exceto projetos incentivados) no montante de R$ 13.601.149 considerando os Programas de Educação, de Cultura e de Inovação Social, complementados com dispêndios de custeio no valor de R$ 5.361.650 com despesas gerais e administrativas (vide Notas Explicativas nº 17 e 18).

Colaboradores

O Oi Futuro conta com uma equipe de 46 colaboradores e 4 estagiários. Do total de colaboradores 55% são do sexo feminino e 45% do sexo masculino, sendo que 58% dos cargos executivos são integrados por mulheres. A média dos colaboradores é de 37 anos, com tempo médio de empresa de 3 anos e 9 meses.

O site (http://www.oifuturo.org.br) traz mais informações sobre os programas.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3 e 4	31.824.985	26.886.045
Contas a receber	5	7.035	6.450
Adiantamentos a terceiros	6	54.187	187.757
Créditos de funcionários		79.623	54.080
Tributos a recuperar		–	10.749
Despesas antecipadas	7	173.675	134.019
		32.139.505	**27.279.099**
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	8.346	–
Imobilizado	8	9.453.177	8.549.373
Intangível	9	246.354	96.552
		9.707.878	**8.645.926**
Total do ativo		**41.847.383**	**35.925.025**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	10	522.323	143.121
Obrigações trabalhistas e sociais	11	795.600	774.596
Obrigações fiscais e tributárias	12	109.330	127.244
Recursos de projetos em execução	13	4.887.307	1.136.905
		6.314.560	**2.181.866**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	35.532.823	33.743.158
		35.532.823	**33.743.158**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**41.847.383**	**35.925.025**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado /exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

Receitas operacionais	Nota	2018	2017
Com restrição			
Recursos de leis de incentivo à cultura	15.1	1.749.446	1.256.441
		1.749.446	**1.256.441**
Sem restrição			
Receita de doações e contribuições de associados	15.2	18.170.208	17.702.556
Outras receitas de doações e contribuições	15.3	250.000	-
Receitas de atividades culturais	15.4	89.700	142.430
Receitas financeiras	16	1.266.205	2.021.851
		19.776.113	**19.866.836**
Custos dos serviços sociais e culturais prestados	17	(13.601.149)	(11.503.160)
Resultado bruto		**7.924.409**	**9.620.118**
Despesas/(Receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(5.361.650)	(3.976.819)
Despesas tributárias	19	(25.390)	(7.551)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(761.083)	(673.484)
Despesas financeiras	20	(9.713)	(11.171)
Outras receitas (despesas)	21	23.092	(19.485)
Superávit do exercício		**1.789.665**	**4.931.609**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido /exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**28.811.549**	**–**	**28.811.549**
Superávit do exercício	–	4.931.609	4.931.609
Incorporação do superávit do exercício ao patrimônio social	4.931.609	(4.931.609)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**33.743.158**	**–**	**33.743.158**
Superávit do exercício	–	1.789.665	1.789.665
Incorporação do superávit do exercício ao patrimônio social	1.789.665	(1.789.665)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**35.532.823**	**–**	**35.532.823**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente / exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	1.789.665	4.931.609
Total do resultado abrangente do exercício	**1.789.665**	**4.931.609**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.789.665	4.931.609
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	761.083	673.484
Baixas de bens do ativo imobilizado	–	2.652
Superávit do exercício ajustado	**2.550.748**	**5.607.744**
Redução/(Aumento) nos ativos circulantes:		
Contas a receber	(585)	38.213
Adiantamentos a terceiros	133.570	(186.290)
Créditos de funcionários	(25.543)	(25.678)
Tributos a recuperar	10.749	-
Despesas antecipadas	(39.656)	161.659
	78.534	**(12.097)**
Redução/(Aumento) nos ativos não circulantes:		
Despesas antecipadas	(8.346)	9.032
	(8.346)	**9.032**
Aumento nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	379.202	(7.361)
Obrigações trabalhistas e sociais	21.003	123.019
Obrigações fiscais e tributárias	(17.914)	28.882
Fundos de projetos em execução	3.750.402	128.054
	4.132.693	**272.594**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**6.753.629**	**5.877.274**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(1.639.689)	(5.584.485)
Venda de Imobilizado	–	3.500
Aquisição de Intangível	(175.000)	–
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(1.814.689)**	**(5.580.985)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	1.011.631	167.808
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa - com restrição	3.927.309	128.480
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro - sem restrição	25.742.600	25.574.791
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro - com restrição	1.143.445	1.014.966
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**31.824.985**	**26.886.045**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Telemar, constituído em 03 de janeiro de 2001 como uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), processo MJ nº 08000.002147/2002-16, conforme despacho do Secretário Nacional de Justiça Substituto, publicado no DO de 07 de março de 2002, tem como objetivos principais:

a. Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de caráter técnico, científico, artístico, cultural, assistência à educação, ao esporte amador e conservação do meio ambiente, bem como executar atividades assistenciais em geral;

b. Promover a cultura, defender e conservar o patrimônio histórico e artístico;

c. Favorecer o desenvolvimento da educação e da igualdade de oportunidade entre as pessoas, mediante a elaboração e participação em programas e projetos educacionais que visem facilitar o acesso às tecnologias informacionais junto à comunidade;

d. Contribuir com programas de desenvolvimento, destinados prioritariamente às camadas menos favorecidas da população, realizadas por entidades sem fins lucrativos, de alto prestígio na comunidade onde tais programas se apliquem.

O Instituto Telemar é constituído por número ilimitado de associados, denominados "Sócios", pessoas físicas ou jurídicas, com as seguintes categorias:

I- Sócios Fundadores;
II- Sócios Beneméritos; e
III- Sócios Mantenedores.

São Sócios Fundadores aqueles que assinaram a Ata da Assembleia Geral de Constituição do Instituto Telemar e que, naquele ato, se comprometeram a envidar esforços para a consecução dos objetivos sociais definidos no Estatuto, cabendo-lhes a missão de zelar pela preservação e continuidade do Instituto, dentro das finalidades estatutárias.

São Sócios Beneméritos as pessoas físicas que, por sua relevante atuação em prol da comunidade e das áreas de atuação do Instituto, venham a ser admitidas pela Diretoria Executiva da sociedade, com poderes para representar o Instituto Telemar, na forma a ser indicada em Regulamentos Internos.

São Sócios Mantenedores aquelas Entidades controladas e/ou coligadas à Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, que se comprometem a contribuir com valor anual ou mensal, em bens ou em dinheiro, da forma a ser definida pela Diretoria Executiva.

A Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), empresa privada, sucessora por incorporação da Oi Internet S.A., é a atual Sócia Mantenedora do Instituto Telemar e tem por objeto social, dentre outros, a prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil e no estrangeiro, em quaisquer de suas modalidades e âmbitos, inclusive a prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, do Serviço Móvel Celular – SMC, do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, e do Serviço de Comunicação de Multimídia – SCM, do Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa, do Serviço de DTH (*Direct to Home*), de TV a Cabo e do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

Em 20 de junho de 2016, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com determinadas controladas diretas e indiretas, dentre elas a Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial, pedido de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") foi aprovado em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo juízo da Recuperação Judicial em 08 de janeiro de 2018.

A Administração do Oi Futuro, ao avaliar o pressuposto de continuidade operacional, leva em consideração a relevância da entidade nas suas ações em prol da sociedade.

Em 2018, o Oi Futuro consolidou publicamente seu posicionamento como um Instituto de inovação e criatividade com a inauguração do Lab Oi Futuro, um ambiente de conexão, aprendizado e cocriação para empreendedores culturais e sociais.

Cabe destacar que a instituição possui adequada autonomia legal em relação a sua Mantenedora, com quadro de pessoal e ativos patrimoniais próprios, além de poder realizar captação de recursos junto a terceiros e obter outras receitas próprias, não sendo, pelo menos em tese, exclusivamente vinculado ao aporte de recursos de sua Mantenedora

O Oi Futuro tem demonstrado o uso adequado de recursos, que se reflete na sustentabilidade da Instituição, apresentando um caixa e equivalente de caixa que permitem, pelo menos, um ano de operação, sem aporte de recursos. Dessa forma, demonstramos que, mesmo enfrentando desafios financeiros, a Mantenedora não tem medido esforços para garantir a projeção do Instituto.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração do Instituto, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, de acordo com a ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e seus valores foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas na Nota Explicativa nº 08 – Imobilizado.

2.5. Principais práticas contábeis adotadas

2.5.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. Os valores vinculados à Lei de Incentivo Fiscal, portanto sujeito a prestação de contas, foram reconhecidos ao resultado na medida da efetivação dos respectivos gastos. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os valores do superávit ou déficit foram incorporados ao Patrimônio Social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da Entidade.

2.5.2. Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.5.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria " ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ." A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 3.

2.5.4. Recursos vinculados a projetos

Referem-se a recursos depositados em conta bancária específica com restrição de movimentação decorrente de projetos em execução, atrelados à Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

2.5.5. Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização, deduzida, quando aplicável, de provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes à abertura das contas a receber estão demonstradas na Nota Explicativa nº 5.

2.5.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8.

2.5.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2018.

2.5.8. Benefícios fiscais e obrigações tributárias

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, é retido na fonte. O PIS/PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento.

2.5.9. Reclassificação

Os valores anteriormente contabilizados na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", no montante de R$ 1.143.445, foram reclassificados para a rubrica "Recursos Vinculados a Projetos" no ativo circulante (Nota Explicativa nº 4), conforme determina a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012. O efeito dessa reclassificação ocasionou também a reclassificação na demonstração do fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$ 128.480.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	1.549	2.312
Bancos conta movimento - recursos sem restrição	294.171	2.388.772
Aplicações de liquidez imediata - recursos sem restrição (i)	26.458.511	23.351.516
	26.754.231	**25.742.600**

(i) A fim de remunerar sua disponibilidade, a Entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira de baixo risco e com liquidez imediata, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significante de sua rentabilidade. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) no Banco do Brasil S/A e Cotas do Fundo de Investimento Multimercado Paraty administrado pela Sul América Investimentos DTVM S/A com garantia limitada a R$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	2018	2017
Banco do Brasil S/A	6.705.530	21.264.754
Sul América Investimentos DTVM S/A	19.752.981	2.086.762
	26.458.511	**23.351.516**

continua

continuação

INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

4. Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Bancos conta movimento - recursos com restrição (i)	313.145	6.451
Aplicações de liquidez imediata - recursos com restrição (ii)	4.757.609	1.136.994
	5.070.754	**1.143.445**

(i) Referem-se a recursos depositados em conta bancária específica com restrição de movimentação decorrente de projetos em execução, atrelados à Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet.

	2018	2017
Banco do Brasil S/A	313.145	6.451

(ii) Referem-se a aplicações financeiras decorrentes das disponibilidades dos recursos mencionados em (i).

	2018	2017
Banco do Brasil S/A	4.757.609	1.136.994

5. Contas a receber

	2018	2017
Contas a receber - Bilheteria atividades culturais	5.937	5.352
Contas a receber - Alugueis/Arrendamentos espaços culturais	1.098	1.098
	7.035	**6.450**

6. Adiantamentos a terceiros

	2018	2017
Adiantamento para importação Music Company Brasil (i)	–	184.000
Outros adiantamentos (ii)	54.187	3.757
	54.187	**187.757**

(i) Refere-se a um adiantamento em 2017 para o fornecedor Music Company, importador de equipamentos eletrônicos para a construção de um estúdio musical vinculado às novas frentes de trabalho da área de Cultura, através do Projeto Labsonica.
(ii) Refere-se a um adiantamento de R$ 52.000 para o fornecedor Didini Revestimentos por conta da obra na fachada do Centro Cultural e R$ 2.187 para outros fornecedores.

7. Despesas antecipadas	2018	2017
Assinatura de boletins/jornais/revistas	2.089	1.752
Prêmios de seguros a apropriar	34.782	37.021
Software a apropriar (i)	93.373	53.180
Outras despesas a apropriar	43.431	42.066
	173.675	**134.019**
Circulante	173.675	134.019
Não circulante	8.346	–

(i) Refere-se à aquisição de licenças de *softwares* (antivírus e Adobe na modalidade *VIP - Value Incentive Plan device licenses*), com prazo determinado, para os projetos da área de Educação e Comunicação. Os *softwares* são amortizados de acordo com o seu tempo de licença em uso.

8. Imobilizado

			Em 31 de dezembro de 2018				
	Taxa de depreciação	Valor líquido em 2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação/ Amortização	Valor líquido em 2018
Edificações	4%	501.507	–	–	–	(31.423)	470.084
Máquinas e equipamentos	10%	1.136.768	384.002	–	6.092.777	(426.803)	7.186.744
Computadores e periféricos	20%	213.895	88.246	–	–	(124.847)	177.294
Móveis e utensílios	10%	482.804	254.905	–	–	(142.293)	595.416
Obras em andamento (i)	-	6.214.399	879.157	–	(7.093.556)	–	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	-	–	33.379	–	1.000.779	(10.519)	1.023.639
		8.549.373	**1.639.689**	**–**	**–**	**(735.885)**	**9.453.177**

			Em 31 de dezembro de 2017				
	Taxa de depreciação	Valor líquido em 2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação/ Amortização	Valor líquido em 2017
Edificações	4%	532.930	–	–	–	(31.423)	501.507
Máquinas e equipamentos	10%	1.275.819	118.008	(3.165)	–	(253.894)	1.136.768
Computadores e periféricos	20%	413.672	15.660	–	–	(215.437)	213.895
Móveis e utensílios	10%	622.862	20.804	(2.987)	–	(157.875)	482.804
Obras em andamento (i)	-	784.386	5.430.013	–	–	–	6.214.399
		3.629.669	**5.584.485**	**(6.152)**	**–**	**(658.629)**	**8.549.373**

(i) Em 2018, houve a reclassificação de R$ 7.093.556 do saldo da linha "Obras em andamento" em função do encerramento dos projetos: Sistema de Refrigeração e Climatização do Museu das Telecomunicações e Modernização de Equipamentos e infraestrutura da Subestação e do gerador do prédio 63.
Parte desse montante foi reclassificado para o grupo "Máquinas e Equipamentos," totalizando R$ 6.092.777 e parte desse montante foi reclassificado para o grupo "Benfeitorias em imóveis de terceiros," totalizando R$ 1.000.779.
(ii) Modernização do 5º pavimento para operacionalização do Projeto "LABS" - LABSONICA (laboratório de experimentação artística, sonora e musical) e AHEAD LABORA (aceleração de projetos, organizações e negócios sociais).

	Adições	Transferências	Total
Máquinas e equipamentos	384.002	6.092.777	6.476.779
Computadores e periféricos	88.247	–	88.247
Móveis e utensílios	254.905	–	254.905
Obras em andamentos	879.156	–	879.156
Benfeitoria em imóveis de terceiros	33.379	1.000.779	1.034.158
	1.639.689	**7.093.556**	**8.733.245**

9. Intangível

		Em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo líquido em 2017	Adições	Baixas	Amortização 20 % ao Ano	Saldo líquido em 2018
Softwares	96.552	175.000	–	(25.198)	246.354
	96.552	**175.000**	**–**	**(25.198)**	**246.354**

		Em 31 de dezembro de 2017			
	Saldo líquido em 2016	Adições	Baixas	Amortização 20 % ao Ano	Saldo líquido em 2017
Softwares	111.407	–	–	(14.855)	96.552
	111.407	**–**	**–**	**(14.855)**	**96.552**

As adições durante o exercício de 2018 referem-se ao desenvolvimento do Game Telebô. Jogo em formato de aplicativo que apresenta o acervo *online* ao visitante, com uma narrativa imersiva, proporcionada pela realidade aumentada.

10. Fornecedores de bens e serviços

	2018	2017
Prestadores de serviços a pagar	409.687	66.272
Outras contas a pagar	112.636	76.849
	522.323	**143.121**

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e ordenados a pagar	7.083	–
Contribuições sindicatos a recolher	–	280
Provisão de férias e encargos	549.234	541.829
FGTS a pagar	35.773	32.667
Previdência social a pagar/recolher	199.038	195.737
PIS a pagar	4.472	4.083
	795.600	**774.596**

12. Obrigações fiscais e tributárias

	2018	2017
IRPF a recolher (assalariados)	68.979	60.488
IRRF PJ a recolher	4.128	1.855
COFINS/CSLL/PIS a recolher	21.605	5.358
ISSRF a recolher	3.891	48.557
ISSQN a pagar	4.274	5.597
Outras obrigações fiscais e tributárias	6.453	5.389
	109.330	**127.244**

13. Recursos de projetos em execução
Refere-se ao saldo apurado em 31 de dezembro de 2018 dos referidos exercícios de projeto incentivado, cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte e cujos recursos foram recebidos da Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. – Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Oi Internet S.A e Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial no âmbito da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet, dentro do Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura.

	2018	2017
Projeto Incentivado - Museu das Telecomunicações, modernização, treinamento e equipamentos para tratamento de acervo e projeto especial de democratização de acesso.		
Pronac 1510718, 163234, 177145 e 177220	4.887.307	1.136.905
	4.887.307	**1.136.905**

14. Patrimônio líquido
14.1 Patrimônio social
O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício, as doações de bens patrimoniais e os ajustes decorrentes de retificação de erros imputáveis a determinados exercícios anteriores não atribuídos a fatos subsequentes.

15. Resultado bruto
Registra os recursos recebidos provenientes de doações e contribuições de seus associados, de outras pessoas físicas e jurídicas e de receitas resultantes de suas atividades culturais, deduzidas de impostos e contribuições sobre elas incidentes e os recursos recebidos e utilizados de convênios firmados com órgãos públicos e de leis de incentivo.

15.1. Recursos de leis de incentivo à cultura	2018	2017
Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet		
Pronac 1510718, 163234, 177145 e 177220	1.749.446	1.256.441
	1.749.446	**1.256.441**

15.2. Receita de doações e contribuições de associados

	2018	2017
Oi Internet S/A	3.403.021	17.702.556
Oi Móvel S/A	14.767.187	–
	18.170.208	**17.702.556**

A Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial incorporou a empresa Oi Internet S.A. em 1º de março de 2018, passando a ser a única mantenedora.

15.3. Outras receitas de doações e contribuições	2018	2017
Associação do Conselho Britânico	250.000	–

Em 2018, o Oi Futuro estabeleceu uma parceria com a Associação do Conselho Britânico com o objetivo de fomentar os Festivais brasileiros e promover a produção artística do Reino Unido no Brasil. Através do *Programa Pontes*, foi lançado o Edital para selecionar iniciativas voltadas para a inovação musical em todo o país.

15.4. Receitas de atividades culturais

	2018	2017
Espaço Cultural Oi Futuro – Bilheteria Teatro	97.500	154.815
(-) Impostos (ISS)	(4.875)	(7.741)
(-) Contribuições Sociais (COFINS)	(2.925)	(4.644)
	89.700	**142.430**

16. Receitas financeiras	2018	2017
Descontos obtidos	-	2.585
Renda de aluguéis e arrendamentos	13.174	13.106
(-) COFINS renda de aluguéis e arrendamentos	(395)	(393)
Rendimentos de aplicações financeiras	1.588.471	2.501.014
(-) Imposto de renda retido/provisionado	(271.506)	(394.318)
(-) COFINS receitas financeiras	(63.539)	(100.143)
	1.266.205	**2.021.851**

17. Custos dos serviços sociais e culturais prestados
Registra os gastos vinculados à execução dos programas da área de Educação, Cultura e Inovação Social, visando a promoção, apoio e desenvolvimento de ações inovadoras e colaborativas para melhorar a vida das pessoas e da sociedade.

	2018	2017
Cultura	(6.192.298)	(4.528.209)
Educação	(5.801.893)	(6.016.960)
Inovação Social	(1.606.958)	(957.991)
	(13.601.149)	**(11.503.160)**

Em 2018, a área de Cultura movimentou mais recursos em função da execução dos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet: Manutenção do Museu - Tratamento do acervo com digitalização, treinamento de pessoal e visitação (Pronac 163234 e Pronac 177145) e Modernização do Museu - Ampliação e Atualização da Exposição (Pronac 177220). Outro motivo foi a inauguração do LabSonica (laboratório de experimentação artística, sonora e musical) com a realização de projetos de ocupação do espaço através de editais públicos, além de cursos e palestras ministrados durante 2018. A área de Inovação Social lançou o projeto Labora: laboratório de conexão, aprendizado e criação para empreendedores sociais. Nesse ano, realizou ciclos de aceleração de *startups* e organizações de impacto social, além de ter promovido eventos com a temática do Empreendedorismo de Impacto.

18. Despesas gerais e administrativas
Registra as despesas realizadas pelo Instituto Telemar na execução de seus objetivos estatutários.

	2018	2017
Despesas de pessoal com vínculo empregatício		
Salários e outros proventos	(2.136.141)	(1.810.200)
Encargos sociais (i)	(733.240)	(617.195)
Benefícios e outras despesas de pessoal (ii)	(426.478)	(400.346)
(-) Participação dos colaboradores	104.036	92.220
	(3.191.823)	(2.735.521)
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício (iii)	(229.259)	(88.854)
Outras despesas gerais e administrativas e de infraestrutura (iv)	(1.940.568)	(1.152.444)
	(5.361.650)	**(3.976.819)**

(i) Referem-se à contribuição previdenciária patronal, FGTS e PIS;
(ii) Referem-se à condução urbana, alimentação, seguro de vida em grupo, planos de assistência médica e odontológica, auxílio-farmácia, auxílio-creche, plano de previdência privada e treinamento/aperfeiçoamento profissional;
(iii) Referem-se a estagiários e serviços de autônomos incluindo contribuição previdenciária patronal;
(iv) Referem-se a despesas como: bens de pequeno valor, condução e lanches, contribuições a entidades de classe, consultoria em informática, diárias e outras despesas de viagem, contas de consumo, serviços gráficos, jornais e revistas, obras e manutenções patrimoniais, material de consumo e expediente, seguros, consultorias técnicas, programação e eventos, transportes e fretes.

19. Despesas tributárias	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições federais	–	(662)
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(629)	(1.725)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(24.761)	(5.164)
	(25.390)	**(7.551)**

20. Despesas financeiras	2018	2017
Comissões e despesas bancárias	(7.267)	(9.350)
Juros e multas de mora	(2.446)	(1.821)
	(9.713)	**(11.171)**

21. Outras receitas (despesas)	2018	2017
Recuperação de despesas	27.754	8.968
Perdas na alienação/baixa do ativo imobilizado	–	(2.651)
Outras despesas	(4.662)	(25.802)
	23.092	**(19.485)**

22. Provisão para contingências
A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Entidade deixou de constituir provisão para eventual perda em ações de natureza trabalhista e cível de que é parte, uma vez que eventuais passivos delas decorrentes deverão ser suportados pelos seus associados mantenedores.

23. Instrumentos financeiros – gerenciamento de riscos
As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2018 e 2017, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.
A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

23.1. Estrutura do gerenciamento de risco
A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

23.2. Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com as suas contrapartes.
Exposição a riscos de crédito
A exposição máxima do risco do crédito da entidade na data das demonstrações contábeis está assim demonstrada:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	26.754.231	25.742.600
Contas a receber (nota 5)	7.035	6.450
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	54.187	187.757
Créditos de funcionários	79.623	54.080
	26.895.076	**25.990.887**

A entidade, quando necessário, estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. Essa provisão é calculada considerando o risco específico relacionado a exposições individuais.

23.3. Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A tabela a seguir apresenta os saldos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade:

	2018	2017
Ativos mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	26.754.231	25.742.600
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber (nota 5)	7.035	6.450
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	54.187	187.757
Créditos de funcionários	79.623	54.080
	26.895.076	**25.990.887**
	2018	**2017**
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores de bens e serviços (nota 10)	522.323	143.121
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 11)	795.600	774.596
Obrigações fiscais e tributárias (nota 12)	109.330	127.244
	1.427.253	**1.044.961**

23.4. Risco de mercado
Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

24. Remuneração dos Administradores
O estatuto social da Entidade possui previsão de remuneração dos membros do Conselho Gestor e da Diretoria Executiva, respeitados, os valores praticados pelo mercado.

25. Cobertura de seguros (não auditado)
A Entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Cobertura básica

Cobertura	Limite de indenização
Incêndio, queda de raio, explosão	13.200.000

Coberturas adicionais

Cobertura	Limite de indenização
Tumultos, greves, *lock-outs* e atos dolosos	500.000
Danos elétricos	500.000
Roubo e/ou furto qualificado de bens	500.000
Equipamentos eletrônicos de Baixa Voltagem (sem roubo)	1.000.000
Recomposição de registros e documentos	500.000
Alagamento e inundações	1.500.000

As premissas de risco adotadas, dadas suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores do Instituto.

26. Eventos subsequentes
Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as Demonstrações Contábeis, bem como as operações da Entidade.

DIRETORIA EXECUTIVA

Suzana Gomes Santos
Diretora Presidente

Silvio Roberto Vieira Almeida
Diretor Vice-Presidente

Sara Crosman
Diretora Executiva

Rui de Sá Rodrigues
Contador CRC/RJ 075.440/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Srs. Membros da Assembleia Geral:
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do INSTITUTO TELEMAR e de acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes, examinamos o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis apresentados pela Diretoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nas análises efetuadas e no Parecer dos Auditores Independentes, somos de opinião que os referidos documentos merecem a aprovação dos senhores membros da Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 2019.

Gaspar Carreira Junior – Conselheiro
Marcelo Augusto S. Ferreira – Conselheiro
David Tavares N. Nunes – Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Instituto Telemar
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Telemar ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Telemar**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis." Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Sócia mantenedora Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis que descreve que em 20 de junho de 2016 a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") foi aprovado em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo juízo da Recuperação Judicial em 08 de janeiro de 2018. A Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial é atual Sócia Mantenedora do Instituto Telemar, que faz parte do Grupo Econômico da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial.
As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 foram preparadas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios e do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial de sua Sócia Mantenedora e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis
A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F
Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/0-2